

# agit

JORNAL DA JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA  
N.º 117 DEZEMBRO 2015



## 36 anos de luta transformadora!

A JCP fez 36 anos! É a organização revolucionária da juventude portuguesa. A história da JCP não deixa dúvidas: está e sempre esteve comprometida com a defesa dos interesses da juventude e com as lutas em defesa da escola pública, gratuita e democrática, pela valorização dos trabalhadores e dos seus salários e pelo fim da precariedade. pág. 11

## A luta não pode parar

O Governo de direita foi derrotado, mas, como afirmou Jerónimo de Sousa, Secretário-geral do PCP, «o tempo não é de expectativa e atentismo! É um tempo de participação, de acção, de construção de um futuro melhor!». É hora de intensificar a luta nas ruas, nas escolas, nas universidades e nas empresas, pelo direito a sermos felizes no nosso País!

## Presidenciais

Edgar Silva é o nosso candidato às eleições para a Presidência da República, que terão lugar no próximo dia 24 de Janeiro. Vê neste AGIT como ele responde a várias perguntas feitas pelos jovens. pág. 9

temos solução  
DEFENDER A CONSTITUIÇÃO!



A situação para a qual o país foi conduzido ao longo de 39 anos de política de direita praticada por PS, PSD e CDS é o resultado da opção destes partidos de beneficiar quem mais tem à custa dos sacrifícios da juventude e dos trabalhadores, de pôr à frente dos interesses do país e do povo português os interesses de outros, atacando a soberania nacional e atirando-nos para o declínio económico e retrocesso social. Opção acompanhada pelo empobrecimento do regime democrático, em que o confronto com a Constituição da República é o elemento mais visível.

No entanto, não é com a insistência nas políticas que conduziram Portugal para o abismo económico e social, afectando todos os sectores da sociedade e em particular a juventude, que se inverterá o caminho para o desastre.

A solução para os problemas do país exige uma ruptura com a política de direita e a afirmação e construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda. Uma política que tem necessariamente de assentar no crescimento económico e no emprego, na valorização dos trabalhadores, dos seus salários e direitos, na defesa dos serviços públicos das funções sociais do Estado, nas quais se insere a Educação, bem como a afirmação do direito de Portugal a um desenvolvimento soberano.

As eleições legislativas do passado dia 4 de Outubro mostraram que a maioria dos portugueses quer um outro rumo na política nacional. A perda de mais de 700 mil votos e 25 deputados da coligação

# Com a luta avançamos!

de PSD/CDS expressa uma condenação inegável das políticas praticadas nos últimos quatro anos. A luta de massas, intensa e prolongada, que a juventude, os trabalhadores e o povo travaram nos últimos quatro anos foi decisiva para a derrota eleitoral de PSD e CDS e para a alteração da correlação de forças na Assembleia da República.

A CDU, Coligação Democrática Unitária, em que participa o PCP, aumentou progressivamente nas últimas cinco eleições legislativas o seu resultado eleitoral em votos, percentagem e em deputados, contando actualmente com 17 eleitos. Um resultado tão mais importante quando construído sob uma intensa campanha ideológica e de condicionamento eleitoral, de chantagem e medo. Uma campanha marcada por um quadro mediático discriminatório, marcado pela desvalorização da CDU e da sua intervenção, e pela recorrente filtragem da sua mensagem política, em flagrante contraste com a promoção dedicada a outros ou a descarada bipolarização, de que os debates televisivos foram exemplo maior.

Já depois das eleições, Cavaco Silva — que tentou por todos os

meios apagar a pesada derrota imposta pelo povo português ao Governo de PSD/CDS, chegando mesmo a indigitar ilegitimamente Pedro Passos Coelho como Primeiro-Ministro de um governo com os dias contentados e completamente derrotado do ponto de vista político e social — voltou a assumir uma postura de desrespeito pela Constituição da República e de resistência em aceitar a decisão soberana do povo português.

Mas tal como o PCP afirmou na noite de dia 4 de Outubro, face ao resultado das eleições legislativas e alteração da composição das forças na Assembleia da República, estavam criadas condições para pôr fim ao Governo de PSD/CDS e para a formação de um Governo do PS, abrindo portas para um outro rumo político para o nosso país.

É esta a responsabilidade que se impõe concretizar — a de procurar uma política que dê resposta a problemas mais urgentes dos portugueses, do emprego, dos salários e rendimentos, dos direitos, das funções sociais do Estado e dos serviços públicos, nomeadamente a saúde, a educação, a segurança social e a cultura — e foi esse

o objectivo a que PS e PCP procuraram responder ao longo de uma esforçada abordagem mútua para identificar matérias, medidas e soluções que possam traduzir um indispensável sinal de mudança, sem, no entanto, ignorar a natureza distinta dos programas dos dois partidos, mas, sobretudo, procurando identificar um conjunto de questões que podem assegurar uma resposta pronta às legítimas aspirações do povo português de verem recuperados os seus rendimentos, devolvidos os seus direitos, asseguradas melhores condições de vida.

E, assim, no passado dia 10 de Novembro, foi aprovada (com os votos favoráveis dos deputados do PS, PCP, PEV, BE e PAN) uma moção de rejeição ao programa de Governo PSD/CDS, rejeição que correspondeu às aspirações e vontade de milhares de trabalhadores concentrados em frente à Assembleia da República, que exigiam, para além da demissão do governo, o fim da sua política e a efectivação das suas reivindicações: o aumento do salário mínimo, a reposição dos salários e direitos roubados ao longo dos últimos quatro anos, o fim da precariedade, do desemprego e de ter uma vida digna no seu país.

## FICHA TÉCNICA COLECTIVO DO AGIT

Ana Carolina Ambrósio  
Ana Costa  
André Leonel Silva  
Diogo Amador  
Diogo Correia  
Inês Balreira  
Joana Santos

José Inácio  
Nelson Castro  
Pedro Alves  
Ricardo Martins  
Sara Sousa  
Sofia Lisboa

## PARTICIPAM NESTA EDIÇÃO

Afonso Campos  
Alma Rivera  
Ana Silva  
André Martelo  
André Leonel Silva  
Cristina Beleza  
Elsa Severino

Diogo Correia  
Filipa Brás  
Gil Neves  
Helena Casqueiro  
Maria João Antunes  
Miguel Mestre  
Miguel Violante

Nelson Castro  
Paulo Costa  
Ricardo Vieira  
Rita Pardal  
Rita Rato  
Sara Sousa  
Teresa Pereira

Tens uma fotografia ou texto que gostasses de ver publicado no AGIT? Envia as tuas sugestões para [agit@jcp-pt.org](mailto:agit@jcp-pt.org)



A consumação da derrota do Governo de PSD/CDS e da sua política é o resultado de um intenso processo de luta desenvolvido pelos trabalhadores, pela juventude e pelo nosso povo de forma persistente, corajosa e tenaz nos locais de trabalho, nas escolas e nas ruas, é somatório de cada Greve Geral, de cada manifestação, de cada concentração, de cada apitão, de cada abaixo-assinado dinamizados ao longo dos últimos quatro anos. Foi a luta organizada e de massas o motor que conduziu o descontentamento, o protesto e a confiança de que é possível e necessário alterar o rumo político do nosso país, e será a luta de massas, que necessariamente tem de prosseguir e se intensificar, o factor decisivo para a efectivação da mudança a que a juventude e o povo aspiram e da política alternativa que o país precisa — patriótica e de esquerda — que coloque os valores de Abril no futuro de Portugal.

A mobilização e o reforço da luta da juventude portuguesa são fundamentais para defender e efectivar direitos, garantindo a todos que tenham uma vida digna e que sejam felizes no nosso país.

Nesse mesmo dia de 10 de Novembro da consumação da derrota do Governo

PSD/CDS, assinalou-se o 36.º aniversário da Organização Revolucionária da Juventude portuguesa, a JCP. São mais de três décadas lado a lado com a juventude portuguesa a lutar pela concretização dos seus anseios e aspirações, a defender as conquistas de Abril, abrindo caminhos para a transformação da sociedade e pelo fim da exploração do homem pelo homem.

Ao comemorarmos mais um aniversário da JCP, comemoramos 36 anos da luta da juventude portuguesa pelo direito a viver e a ser feliz no seu país, uma luta que continua e se intensifica a cada dia que passa.

É num quadro político tão complexo e tão exigente, que a acção de esclarecimento e de mobilização dos comunistas junto da juventude nas escolas e nos locais de trabalho assume a maior importância. A juventude portuguesa sabe que são os comunistas que estão na linha da frente e assumem um papel destacado da defesa dos seus direitos, e sabem que estamos e estaremos onde sempre estivemos: a assumir o nosso papel de organização de vanguarda, dando confiança, alegria, com confiança e a determinação que sempre tivemos para a agitação e para a luta, que é imperativo que se desenvolva e intensifique para a resolução dos problemas, para a defesa e a conquista de direitos.

O reforço da JCP, enquanto organização de vanguarda da juventude portuguesa, é uma questão central para o desenvolvimento e elevação da luta, e por isso a Direcção Nacional da JCP definiu linhas de trabalho para o reforço da organização da JCP, com uma campanha a iniciar em Janeiro de 2016, com o objectivo de intensificarmos de forma variada a nossa intervenção junto da juventude, para que cada vez mais jovens se organizem e tomem partido pela defesa dos seus direitos.

Luta que se trava em várias frentes: pela defesa da Educação pública e gratuita, como foi comprovado com a luta dos estudantes do Ensino Básico e Secundário no passado dia 5 de Novembro; pelo direito ao trabalho e ao trabalho com direitos, como demonstraram os dias 10 e 28 de Novembro com as manifestações convocadas pela CGTP-IN; por um Ensino Superior público, gratuito e de qualidade, como reivindicaram os estudantes nas várias acções de luta que decorreram no dia 26 de Novembro; mas também pelo direito à habitação, ao desporto, à cultura; em suma, em defesa das conquistas de Abril, consagradas na Constituição da República Portuguesa (CRP).

É pela defesa e pela efectivação das conquistas de Abril que iremos travar as próximas Eleições Presidenciais a 24 de

Janeiro de 2016, precisamente no ano em que se comemora o 40.º aniversário da Constituição da República Portuguesa.

A candidatura de Edgar Silva assume como principal objectivo a defesa dos valores e ideais de Abril, consagrados da CRP. É, portanto, a candidatura de todos aqueles que defendem Abril e que aspiram à concretização das suas conquistas. Ao Presidente da República não compete governar, antes dar expressão ao juramento que faz no momento em que é eleito: defender, cumprir e de fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa.

É por isto que a candidatura de Edgar Silva é a tua, a nossa candidatura para as Eleições Presidenciais, e, sob a força e confiança da luta que travamos todos os dias para cumprir Abril, faremos desta candidatura a candidatura da juventude, dos trabalhadores e do povo português, afirmando que temos solução, defender e cumprir a Constituição.

Assim, num quadro político e social exigente e complexo, mas com muitas potencialidades, apelamos à juventude que se organize e que prossiga a luta em defesa dos seus direitos, pois é com a luta que avançamos e com a luta que conquistamos mais futuro para todos no nosso país!

## A 5 de Novembro

# Os estudantes estiveram na rua outra vez!

O início deste ano lectivo ficou marcado pelo agravamento das condições materiais e humanas nas escolas do Ensino Básico e Secundário, resultado dos cortes no financiamento para a Educação que vêm, de ano para ano, sendo uma marca dos últimos governos de direita e da sua política.

Estes cortes no financiamento representam um atentado ao nosso direito a estudar e traduzem-se na cada vez maior falta de condições materiais, em inúmeras escolas com obras paradas, falta de aquecimento nas salas de aula, equipamentos que não podem ser usados fruto dos elevados custos de manutenção. Esta falta de investimento

na escola pública também se traduz na falta de funcionários, o que leva a que em cada vez mais escolas os serviços ou estejam a funcionar num reduzido número de horas ou estejam privatizados, de que são exemplos inúmeros refeitórios em escolas de norte a sul do país.

Ao mesmo tempo, são centenas os estudantes forçados a abandonar a escola porque não conseguem suportar os custos de frequência do ensino; e tantos outros que têm que trabalhar para poder pagar os seus estudos.

Por todas estas razões, os estudantes do Ensino Básico e Secundário saíram à rua

no dia 5 de Novembro em vários concelhos do distrito de Lisboa, Porto, Coimbra, Santarém, Aveiro, Leiria, Évora, Setúbal, Braga e Algarve, reivindicando uma mudança de políticas e o seu direito a uma escola pública, gratuita e de qualidade.

A Juventude Comunista Portuguesa, está solidária com os estudantes e com as suas justas reivindicações e saúda todos os que saíram à rua no dia 5 de Novembro, reafirmando que é o reforço e a intensificação da luta dos estudantes que abrirá caminho para a resolução dos seus problemas e para a efectivação do seu direito à Escola pública, gratuita e de qualidade.





## ES Alfredo da Silva

No passado dia 5 de Outubro, os telhados da Escola Secundária Alfredo da Silva, no Barreiro, voaram com o vento forte que se fez sentir, tendo em conta o estado de degradação e precariedade em que se encontravam. Por esta razão, as aulas foram suspensas, até ao dia 15, para voltarem a ser suspensas no dia 19, consequência de mais uma queda de um telhado.

No dia 20 de Outubro de 2015, os estudantes desta escola, em conjunto com a restante comunidade educativa (professores, funcionários e pais) saíram à rua pela exigência da realização de obras na escola, pela reposição dos telhados que caíram, pela garantia da segurança dos estudantes e pelo retomar das aulas.

A juntar ao problema do telhado persistem problemas materiais graves na infraestrutura, que carece de intervenção imediata por parte do Ministério da Educação. Problemas que vão desde a degradação do tecto do ginásio, das janelas, das constantes inundações no Inverno, fruto das infiltrações, dos balneários já sem capacidade de escoamento de resíduos, da inexistência de balizas, de um pátio que apenas tem gravilha e onde vários estudantes já caíram, da inexistência de aquecimento que faz com que muitos estudantes venham para a escola de manta.

Como resultado do protesto que realizaram no dia 20 de Outubro — e que juntou em frente ao Ministério da Educação em Lisboa mais de duzentos estudantes, para além de pais, professores e funcionários —, os estudantes da Escola Secundária Alfredo da Silva viram as obras nos telhados da sua escola serem realizadas. No entanto, a luta não pode nem deve parar por aqui, porque a escola continua a precisar de obras que garantam condições dignas de estudo e segurança na sua escola.



## O acesso à Educação é um direito de todos, não um privilégio só de alguns!

Consagrada na Constituição da República Portuguesa, a Escola pública, gratuita, democrática e de qualidade é um direito de todos os jovens portugueses. Desengane-se, no entanto, aquele que ainda acreditar que estudar em Portugal é gratuito: os custos do ensino não param de aumentar, atingindo, neste momento, valores insustentáveis para uma considerável parte das famílias.

Com o início do ano lectivo, os estudantes são, uma vez mais, confrontados com um aumento dos custos de frequência do ensino. São, dois meses após o início das aulas, muitos os alunos que ainda não têm os manuais escolares e materiais necessários, por impossibilidade de suportar estes custos que se traduzem, em média, em valores entre os 480 e os 540 euros. Para além disto, as fotocópias mais caras, os preços dos bares e cantinas mais elevados, o preço das visitas de estudo, são factores que têm contribuído de forma decisiva para que muitos estudantes sejam impossibilitados de estudar e de ter um bom desempenho nas escolas.

Para além disto, os custos dos transportes são elevados, sendo uma despesa acrescida para muitos.

Todos estes factores reflectir-se-ão, por fim, nos exames nacionais. Sob a fachada da

pretensão de igualar as condições de acesso ao ensino superior, estes constituem apenas um entrave ao prosseguimento dos estudos, contribuindo para a elitização do ensino. Para além de desvalorizarem a avaliação contínua, estes ignoram as colossais diferenças com que os estudantes, à partida, se candidatam à sua realização — as escolas têm condições diferentes, há muitas turmas com mais de 30 alunos em que a aprendizagem é dificultada e nem todos os estudantes têm a possibilidade de obter explicações fora da escola ou de comprar os manuais de apoio aos exames nacionais como compensação.

A evolução da realidade nas escolas do nosso país demonstra que, para além do subfinanciamento na Educação Pública, o objectivo de privatização e elitização do acesso à educação e ao conhecimento é o caminho que os governos de PS, PSD e CDS têm seguido ao longo dos últimos 39 anos.

Face a esta situação, a JCP e o PCP apresentam diversas medidas assentes na luta travada diariamente nas escolas pelos estudantes do Ensino Básico e Secundário — entre as quais a gratuidade dos manuais escolares e de todos os outros materiais de apoio, a imediata reposição do Passe Escolar 4\_18 e a valorização da avaliação justa e contínua — que contribuiriam decisivamente para efectivar o direito de todos os jovens a estudar.

## Lisboa

# Novos ataques ao Ensino Superior

O início do ano lectivo 2015/2016 pautou-se por mais ataques ao Ensino Superior e pela persistência dos mesmos problemas, que, no geral, são decorrentes e se enquadram no processo de privatização e de elitização deste grau de ensino. O aumento dos custos para ingressar no Ensino Superior e a insuficiência da Acção Social são reflexo da falta de financiamento nas instituições de Ensino Superior e a transferência dessa responsabilidade para as famílias.

Os exemplos são muitos:

▶ Os estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa foram confrontados com a implementação de uma taxa de matrícula de €203, adicional ao valor das propinas. No ano passado o valor desta taxa era de €18. Este aumento foi efectuado nas costas dos estudantes, não tendo o Conselho de Escola (órgão no qual os estudantes têm representação) sido consultado.

▶ Na Faculdade de Motricidade Humana (FMH) foram exigidos aos estudantes €80 pelos pré-requisitos, indispensáveis para a sua entrada nesta faculdade.

▶ Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas foram implementados juros nas propinas, aumentando o valor destas a cada dia de atraso no pagamento, impedindo que os estudantes com dificuldades paguem as propinas mais tarde, e impedindo-os de se inscreverem no 2.º semestre se as propinas do 1.º semestre não estiverem pagas.

▶ No Instituto Superior de Lisboa (IPL) o valor do prato social aumentou para €2,90 quando comprada a refeição no próprio dia.

▶ Os estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas que estudam em pós-laboral têm falta de cadeiras nas salas de aula, o que perturba o normal funcionamento das aulas.

▶ Para além dos ataques realizados nas diversas faculdades, o ano lectivo também começou com problemas nas residências universitárias dos Serviços de Acção Social da Universidade de Lisboa (SASUL): o aumento de cada cama em €10 e o retirar de camas, que, ainda que justificável uma vez que se encontravam em locais perigosos, não foram repostas.

Por todos estes custos, torna-se incomportável para muitos a continuação dos estudos.



Évora



FCT/UNL Almada



Lisboa

### A hora é de luta! — de Norte a Sul estudantes do Ensino Superior manifestaram-se



Lisboa



Lisboa



Aveiro

A todos os ataques ao direito a estudar num Ensino Superior público, de qualidade e gratuito opõe-se a luta dos estudantes. No dia 26 de Novembro, estudantes do Porto, Lisboa, Vila Real, Braga, Bragança, Almada, Aveiro, Algarve, Coimbra e Évora, respondendo ao apelo de diversas estruturas e associações estudantis, organizaram acções de denúncia e protesto em torno de problemas como a falta de condições pedagógicas fruto de insuficiências no pessoal docente e não docente, assim como nas infraestruturas e outros materiais; as propinas, taxas e emolumentos; as bolsas de estudo insuficientes e sucessivamente atrasadas; o abandono escolar e os milhares que são obrigados a trabalhar ou a endividar-se para continuar a estudar.

# No Porto, os estudantes não se rendem

Nos últimos anos, foram muitos milhões os que os sucessivos governos PS, PSD e CDS cortaram no Ensino Superior. No último governo foram 320 milhões a menos. Isto degradou as condições das instituições do Ensino Superior e dificulta o acesso dos estudantes ao seu direito constitucional a estudar.

Estas instituições, por falta de verbas, são obrigadas a diminuir o número de docentes e funcionários, a encerrar cursos e não conseguem assegurar serviços como a cantina, residência, bibliotecas e salas de estudo com condições. A atribuição de bolsas é altamente burocratizada e é generalizada a bolsa mínima que está longe de cobrir todos os custos inerentes à frequência do Ensino Superior.

Fazendo frente a estas políticas, estudantes de várias faculdades do Porto organizaram-se, denunciaram os problemas e reivindicaram a sua resolução e os seus direitos, tendo já alcançado algumas vitórias.

Na ESE (Escola Superior de Educação), após um processo de luta contínuo, a cantina passa a estar aberta até mais tarde, permitindo que os alunos de regime pós-laboral possam jantar. Haverá também obras no espaço.

Na FEUP (Faculdade de Engenharia do Porto) e na FCUP (Faculdade de Ciências da Universidade do Porto), está a ser organizado um abaixo-assinado exigindo refeições de qualidade e a um preço social

mais baixo, para além de mais condições materiais e humanas nas cantinas.

Na FLUP (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), realizou-se um abaixo-assinado que contou com cerca de 650 assinaturas para o alargamento do horário da biblioteca, bem como a melhoria do seu repositório, acompanhado de uma concentração de alunos, no dia 4 de Novembro.

Na ESAD (Escola Superior de Artes e Design), está a ser recolhido um abaixo-assinado contra a falta de ventilação nas salas de aulas. Este processo conta já com uma grande vitória: obras nas salas com possibilidade da colocação de ar condicionado.

Na Universidade Católica do Porto, no departamento de Psicologia, os estudantes estão a recolher um abaixo-assinado contra a falta de condições materiais da sua sala de aula.

Na Universidade Privada Fernando Pessoa, decorre um abaixo-assinado com concentração marcada devido à não existência de estágios curriculares.

Todo este processo de luta está a ser bem-sucedido e estão a ser feitos avanços notáveis por parte dos estudantes na reivindicação dos seus direitos trazendo assim uma grande motivação a todos aqueles que diariamente lutam por um sistema de **Ensino Superior público, gratuito, democrático** e de **qualidade**.



Porto

# Insólitos em Coimbra

## Alterações curriculares em Medicina prejudicam estudantes!

Com o novo ano lectivo, a Faculdade de Medicina inaugurou um novo plano curricular que tira direitos aos alunos, enquanto lhes impinge deveres de professor.

Em determinadas cadeiras um aluno de 6.º ano passa a receber nos seus períodos lectivos um aluno do 2.º ano (em alguns casos, até mais), ao qual tem que ensinar competências de prática médica, sem qualquer pagamento ou preparação, e de forma obrigatória, com peso na avaliação

final do estágio. Esta “novidade” insere-se no PAAP — Programa de Aprendizagem Assistida por Pares.

Esta realidade demonstra a falta de condições pedagógicas e ao mesmo tempo dos Hospitais da Universidade de Coimbra, que, a rebentar pelas costuras com estudantes e internos, ficam agora mais sobrelotados, criando um ambiente desconfortável para os pacientes e dificultando o trabalho das enfermarias. O PAAP só foi dado a conhecer aos alunos no imediato, recusando-se a faculdade a informar alunos de outros anos, que futuramente vão estar implicados, até ao final do ano lectivo.

## Bolseiros em Coimbra obrigados a cobrar propinas!

Outra das novidades é a bolsa em Gestão de Ciência e Tecnologia criada pela Universidade de Coimbra. O objectivo é que sejam os bolseiros a cobrar propinas e taxas em dívida, enquanto se vêem sem contrato de

trabalho, sem direito a subsídio de desemprego, de férias ou 13.º mês, sem acesso a uma Segurança Social justa e sem direito a fazer greve. Nesta situação precária, os bolseiros ficam também numa posição de porta-voz da UC no que toca a afastar cada vez mais estudantes do Ensino Superior, usando a propina como barreira de acesso e frequência.



Porto

# Escolas Profissionais no Porto e a desvalorização do Ensino

A desvalorização do Ensino Profissional, que se traduz nos sucessivos cortes orçamentais que as escolas sofrem, tem-se reflectido na falta de condições que os estudantes enfrentam.

No IPTA - Instituto Profissional de Tecnologias Avançadas, a carga horária aumentou e, conseqüentemente, o tempo para a PAP — Projeto de Aptidão Prática, imprescindível para a conclusão do curso — diminuiu. Com a extensão dessa mesma carga horária, é imposto aos alunos mais tempo de estágio, em

que estes são, de uma forma geral, utilizados como mão-de-obra gratuita. As salas onde os estudantes têm aulas são em contraplacado, não tendo as devidas condições.

Na Escola de Moda no Porto também existem problemas que decorrem da falta de financiamento. A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP reuniu recentemente com a direcção da escola, onde tomou conhecimento da difícil situação em que esta se encontra devido a incompreensíveis atrasos na transferência

de verbas para a escola. Segundo foi possível apurar na reunião, faltam reembolsos que somam um valor de €282,806.75, pondo em causa a actividade da escola. O grupo parlamentar do PCP interveio sobre o assunto, reclamando do governo anterior medidas urgentes para resolver este e outros problemas.

Só a organização dos estudantes e a sua luta poderá combater os entraves a um Ensino Profissional digno. No Porto, como no resto do país.



## Escola Profissional de Tondela

Na Escola Profissional de Tondela, tal como em outras escolas profissionais do nosso país, assiste-se à degradação das condições materiais e humanas, fruto dos cortes de financiamento praticados ao longo dos anos pelos governos do PS, PSD e CDS.

Os estudantes são confrontados com a falsa ideia de que recebem dinheiro para estudar, fruto dos subsídios que deveriam receber, mas, na verdade, para além de alguns estarem em atraso (como é exemplo a bolsa de materiais) os gastos que os estudantes vão tendo ao longo do ano, têm revelado que estudar não está ao alcance de quem quer, mas sim de quem pode. No Curso de Restauração, por exemplo, o subsídio de estágio só chega aos estudantes no final do estágio (em média 100 euros) e têm de ser estes a assegurar o custo das deslocações, refeições e ainda alguns materiais durante todo o estágio, têm de pagar 10 euros pela farda, e pelo calçado necessário para as aulas são pelo menos 35 euros. Perante um regime de faltas rígido, que ao ser ultrapassado obriga os estudantes a pagar 20 euros para poderem repor o módulo.

Sobre as condições materiais na Escola Profissional de Tondela, o ginásio tem dimensões reduzidas, tendo em conta o número de turmas que usam o espaço em simultâneo, os balneários são demasiado pequenos para que os estudantes se possam equipar ao mesmo tempo, e por vezes falta água quente para tomar banho após as aulas. Também a cantina tem uma dimensão



reduzida para a quantidade de alunos da escola. Faltam computadores com condições necessárias para os estudantes do curso de Técnicas de Informação e Gestão e falta um bar na escola com preços acessíveis para todos os estudantes!

A Juventude Comunista Portuguesa defende um Ensino Profissional que seja digno, público, gratuito e de qualidade, no qual a formação integral dos estudantes deve ser a prioridade. O Ensino Profissional deve potenciar o desenvolvimento do concelho ou distrito onde se encontram os estudantes, e não estar ao serviço dos interesses dos grupos económicos regionais, que se

aproveitam deste subsistema pelo facto de cada mais estudantes serem empurrados para cursos profissionais por não terem condições económicas para ingressar no Ensino Superior. Os cursos não podem servir para formar mão-de-obra mais facilmente explorável, servindo a lógica do aumento dos lucros dos grupos económicos.

A JCP apela aos estudantes do Ensino Profissional que nas escolas e nas ruas intensifiquem a sua luta pelo direito a estudar, pelo Ensino Profissional público e gratuito a que têm direito, pelo reforço de financiamento por parte do Estado e pela dignificação deste sistema de ensino.

## PRESIDENCIAIS 2016

*temos solução*  
**DEFENDER A CONSTITUIÇÃO!**



No dia 24 de Janeiro de 2016 terá lugar a eleição do próximo Presidente da República. Edgar Silva é candidato apoiado pelo PCP, e verdadeiramente comprometido com a defesa da Constituição da República, com a luta e os direitos dos trabalhadores e da juventude, bem como com os interesses do povo e do País, com a soberania nacional e com a democracia.

Esta candidatura inscreve como um dos seus objectivos uma verdadeira e ambiciosa democracia, realizada e cumprida nas suas vertentes política, social, económica e cultural, e em que as massas populares intervenham de forma criadora em todos os aspectos da vida, vindo na sua participação democrática nos vários planos da vida colectiva, e na defesa dos direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente consagrados, uma pedra angular do reforço, do enraizamento e do aprofundamento do regime democrático, que assegure a constante elevação do bem-estar do povo. Esta é uma candidatura que faz uma opção clara, de classe. De compromisso com os trabalhadores e com o povo. De compromisso com Abril e com a defesa da Constituição da República Portuguesa. De compromisso com a luta para transformar Portugal. E estes,

para nós, comunistas, para o PCP e para a JCP, são compromissos inabaláveis.

Também de compromisso com a juventude e a defesa dos seus direitos, em particular do artigo 70 da Constituição da República Portuguesa sobre a juventude. Compromisso com o objectivo de garantir à juventude a felicidade, no seu país em todas as vertentes da sua vida — no trabalho, na educação, na cultura, na saúde, na habitação, no associativismo, no desporto, na mobilidade e nos tempos livres.

**Para este número do AGIT, apelámos a que vários jovens** — um formado em História que trabalha a distribuir publicidade e tem três entrevistas de trabalho marcadas, todas para trabalhar no estrangeiro; uma estudante de Medicina que participa na Comissão de Curso do seu ano; uma estudante do Ensino Profissional que se vê forçada a trabalhar num call center para ajudar em casa; um estudante de Artes Plásticas dirigente da sua Associação de Estudantes; um electricista e uma estudante do Ensino Secundário. — **que fizessem uma pergunta ao nosso candidato à Presidência da República, Edgar Silva.**

Artigo 70.º

**Juventude**

**Constituição da República Portuguesa**

1. Os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente:

- No ensino, na formação profissional e na cultura;
- No acesso ao primeiro emprego, no trabalho e na segurança social;
- No acesso à habitação;
- Na educação física e no desporto;
- No aproveitamento dos tempos livres.

2. A política de juventude deverá ter como objectivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade.

**“A ideia que tenho é que a Constituição não tem sido muito respeitada, mas sinceramente também não a conheço em profundidade e as ideias que contem. Dás muita importância à CRP... Porquê?”**

Joana, 17 anos, estudante do Ensino Profissional e trabalhadora em part-time num call center

Dou muita importância à nossa actual Constituição, entre outras razões, pelo facto de nela se consagrarem os direitos e deveres fundamentais dos cidadãos e do Estado. A tua questão é ainda mais interessante e muito oportuna sendo tu uma estudante-trabalhadora: achas que seria mais fácil ou mais difícil concretizar o direito constitucional de acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, se o conjunto dos teus colegas tivesse o conhecimento claro, por exemplo, do seu artigo 74, onde se define o direito Constitucional do acesso à educação? E ainda te deixo outra pergunta: a quem interessa mais o desconhecimento do conteúdo da Constituição, a quem a pretende cumprir e fazer cumprir ou a quem lhe interessa não cumprir o seu juramento?

**“Neste momento a grande parte dos jovens recém-formados não tem perspectivas de emprego. Como olhas para isto e como se pode travar a saída dos jovens do país?”**

Nuno, 27 anos, distribuidor de publicidade

O problema que colocas é talvez o maior desafio que o País enfrenta. Falamos de vidas suspensas e destruídas, falamos de milhares de trabalhadores jovens desempregados, enfrentando o flagelo da precariedade, obrigados a recorrer a estágios, bolsas e outros expedientes e com milhares



e milhares a serem forçados a emigrar procurando no estrangeiro soluções para as suas vidas que o seu próprio País lhes nega. Toda esta situação cria em primeiro lugar um enorme prejuízo para cada um desses jovens assim como um prejuízo para o próprio País.

Em que estado de desenvolvimento económico e social estaria o País, se todas as capacidades e conhecimentos desses milhares de jovens estivessem ao serviço da produção nacional, estivessem ao serviço da criação de riqueza? Em que estado de desenvolvimento estaríamos se, e tal como deve ser, cumpríssemos a Constituição e, nomeadamente, o direito constitucional ao emprego com direitos?

**“Na minha escola, depois de a Direcção tentar impedir sem sucesso a realização de uma RGA (Reunião Geral de Alunos) recusou-se a justificar as faltas dos 220 alunos que compareceram. De que forma salvaguarda a Constituição este nosso direito e liberdade?”**

Matilde, 16 anos, estudante do Ensino Secundário

O exemplo que colocas é muito grave e infelizmente não é um caso isolado. Perante uma situação dessas a solução é resistir. Os direitos só o são se forem concretizados, se não o forem perdem-se. O que posso afirmar com muita clareza é que a Constituição da República, quer pelo conteúdo e, acima de tudo pela forma como foi construída nas ruas, empresas e também nas escolas e pelos estudantes, está frontalmente contra os acontecimentos que descreves.

Apesar das suas sete revisões, a Constituição continua a fazer opções claras. As diversas formas de organização e reunião, como é exemplo a RGA estão dentro das opções constitucionais e não tenho duvida nenhuma em afirmar que a atitude da direcção da escola é profundamente anticonstitucional.

**“Estando a estudar medicina tenho vindo a ter um contacto mais directo com as dificuldades de acesso das pessoas à saúde... Sendo este um direito fundamental consagrado que achas que pode ser feito para o garantir a todas as pessoas?”**

Sara, 22 anos, estudante de Medicina na Faculdade de Medicina na Universidade do Porto

O facto de a pergunta surgir de uma futura médica com a preocupação da defesa e melhoria do serviço nacional de saúde, também contribui para encarar o futuro na saúde com esperança.

Talvez de forma simplista, diria que bastava cumprir a Constituição e o acesso a esse que também é, e de forma



muito clara, um direito constitucional, para que a garantia do acesso à saúde se consagrasse como um direito para todos e que o Estado tem que garantir as condições para a prestação dos cuidados de saúde e que a mesma tem que ser tendencialmente gratuita. Ora, o que assistimos é exactamente o contrário, cada vez menos serviços públicos, menos valências e menos recursos públicos, cada vez mais gente que por razões financeiras não vai ao médico, não recorre aos serviços de saúde, não adquire os medicamentos que necessita. De certa forma, assistimos a opções políticas anticonstitucionais, à degradação acelerada da qualidade de vida dos cidadãos, uma situação que não é mais grave devido ao empenho extraordinário de médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar.

**“Na tua opinião, qual é o papel que a cultura desempenha no desenvolvimento da sociedade portuguesa? Que lugar ocupa a cultura na CRP e de que maneira se encontram em prática esses valores, hoje em dia?”**

Gonçalo, 18 anos, estudante de Artes Plásticas na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

Portugal tem quase 900 anos de história, um país pequeno mas com tradições e raízes culturais riquíssimas e muito distintas de região para região. Uma cultura que todos os dias se desenvolve e esse desenvolvimento enriquece o País. A Constituição da República, na sequência da Revolução de Abril, consagra a democracia nas suas quatro vertentes, todas elas inseparáveis. Democracia política, democracia económica, democracia social e democracia cultural. De pouco serve a democracia política se a economia não estiver ao serviço do desenvolvimento do País e da maioria do povo; de pouco servirá a criação de riqueza se a mesma se mantiver nas mãos de um pequeno punhado de indivíduos; um País nunca será verdadeiramente democrático se o seu povo estiver arredado do acesso à educação e formação, se tiver arredado do acesso, criação e fruição culturais. Isto para te dizer que a Cultura e o seu acesso é assumida pela Constituição como uma das quatro vertentes estruturantes da democracia.

**“Muita gente tem a ideia de que o Presidente não faz nem pode fazer grande coisa relativamente ao futuro do País, mas ultimamente viu-se que afinal pode... De que forma cumpriras esse papel?”**

Vasco, 25 anos, electricista

O Presidente da República tem os poderes que a Constituição lhe confere e que, ao contrário do que se possa pensar, são poderes com significado, que tanto se revelam quando são exercidos ou quando não são exercidos. Desde logo, tem o poder de veto de leis da Assembleia da República e de fiscalizá-las caso as mesmas se revelem anticonstitucionais, poder que o actual Presidente optou por não usar mesmo em situações claras de ataque à Constituição; tem o poder, verificando-se determinadas condições, de dissolver a Assembleia da República; tem o poder da palavra e de poder e dever intervir publicamente sobre os assuntos que entenda e quando entenda e acima de tudo, o Presidente da República tem o maior poder e simultaneamente a obrigação de defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição. Isto significa que independentemente das convicções políticas de cada um, essas mesmas convicções não podem em nenhuma circunstância por em causa o juramento que o Presidente presta quando toma posse. No fundo, a Constituição é o programa político a que o Presidente está obrigado e define os poderes suficientes para que o Presidente a defenda, cumpra e faça cumprir.

Também aqui, os jovens vão ser chamados a optar: ou contribuir para que na Presidência da República esteja alguém que, como é o caso do actual Presidente, todos os dias renega a Constituição que jurou cumprir, ou eleger um presidente que não é neutro, que tem um compromisso com o povo e um programa político claro: a Constituição da República — e que é para a defesa e cumprimento desse programa que usará todos os poderes que dispõe.

**Para os jovens comunistas o tempo é de engrossar esta corrente de confiança em torno da candidatura de Edgar Silva. Esclarecer e mobilizar, afirmando os valores de Abril, defendendo a Constituição, lutando com confiança por um Portugal com futuro. Uma campanha de massas, de contacto e envolvimento da juventude. Com o seu candidato, o Edgar, mas, sobretudo, com a luta que os une. A de fazer cumprir Abril e abrir caminho à construção do futuro a que aspiramos.**

Vê mais sobre a candidatura em [edgarsilva2016.pt](http://edgarsilva2016.pt)



1979-2015

## 36.º ANIVERSÁRIO DA JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

# 36 anos de história e de luta transformadora

Assinalou-se a 10 de Novembro de 2015, o 36.º aniversário da Juventude Comunista Portuguesa (JCP). Fundada a 10 de Novembro de 1979, com a unificação da União da Juventude Comunista (UJC) com a União de Estudantes Comunistas (UEC), a JCP assume-se como a Organização revolucionária da juventude portuguesa. São 36 anos de defesa dos valores de Abril e de resistência e luta nas escolas, nas universidades, nos locais de trabalho e nas ruas por um presente e futuro dignos e pela transformação da sociedade, rumo ao Socialismo e ao Comunismo.

A JCP, única organização partidária de juventude em Portugal que contraria o sistema actual, intervém e luta pela construção de uma sociedade nova, liberta da exploração do homem pelo homem, por um mundo de paz e solidariedade, e a única que, pela sua acção e projecto, dá resposta aos problemas dos jovens, dinamizando a luta pelos seus direitos e aspirações.

A intervenção da JCP rege-se, desde sempre, pelos princípios do marxismo-leninismo, a sua teoria revolucionária, e pelos conhecimentos adquiridos através



da sua experiência e tradição de luta, em diversos planos.

*É à juventude e ao povo que cabe ter a palavra final e que é com a luta que vamos conquistar o que é nosso por direito.*

Nestes 36 anos de história e de luta, foram muitas as batalhas que a juventude portuguesa travou e muitas as que vai continuar a travar para a derrota das políticas de direita, encontrando nos jovens comunistas o seu envolvimento e empenho. De todas as lutas travadas, destacam-se: contra a Prova Geral de Acesso (PGA); contra as propinas e outras barreiras no acesso ao ensino superior; contra a revisão curricular; pela Interrupção Voluntária da Gravidez; contra a invasão de países soberanos, como o Iraque; pela avaliação contínua e pelo fim dos exames nacionais; pela democracia nas escolas e pela revogação do Estatuto do Aluno; pelo reforço do investimento na Educação, que dê condições materiais, humanas e pedagógicas às escolas; pela gratuidade dos manuais escolares no ensino obrigatório; contra o processo de Bolonha; pela revogação do Regime

Jurídico das Instituições do Ensino Superior; pelo reforço da Acção Social Escolar; pela dignificação do Ensino Profissional, reforçando o seu carácter público e gratuito; contra todas as formas de precariedade e contra os baixos salários; contra o desemprego e pela defesa da contratação colectiva; pelo trabalho com direitos.

Vale a pena lutar e lutamos com determinação e com a confiança de que o futuro nos pertence. Fazem-nos crer, ou querem fazer-nos crer, que todos os roubos, todas as chantagens, todos os ataques que fazem aos nossos direitos e à democracia são inevitabilidades. A única inevitabilidade em que acreditamos é a de que é à juventude e ao povo que cabe ter a palavra final e que é com a luta que vamos conquistar o que é nosso por direito.

É neste contexto que a JCP teve, tem e terá um papel insubstituível na consciencialização da juventude portuguesa na certeza de que, com a luta organizada, um outro rumo para o País e para as nossas vidas é possível.

São 36 anos de história e de luta por uma nova sociedade, muitos mais virão!



## um pouco de história...

Em 1921 é fundado o Partido Comunista Português e é, desde logo, reconhecida a necessidade da criação de uma organização revolucionária de juventude, capaz de intervir no seio dos jovens. Neste sentido, é criada, no mesmo ano, a Juventude Comunista (JC) e, após o golpe fascista em 1926, a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas.

Ambas desempenharam um importante papel na dinamização de lutas juvenis e na consciencialização dos jovens. Contudo, devido às exigências da luta clandestina então travada, extinguiram-se.

Após a derrota do nazi-fascismo, em 1946, é criado o MUD Juvenil. Uma organização essencialmente antifascista e de unidade, onde os jovens comunistas e outros democratas intervêm contra o regime fascista. O MUD Juvenil desenvolveu importantes lutas juvenis, destacando-



-se as lutas de estudantes e de jovens trabalhadores um pouco por todo o País.

A violenta repressão do regime fascista viria a condicionar a sua acção e intervenção, levando à sua extinção.

Apesar da repressão, da violência, das perseguições e de todas as condicionantes da luta antifascista, os jovens comunistas tiveram, sempre, um destacado papel de direcção da luta contra o regime fascista, pela liberdade e democracia. É neste duro contexto que nasce, em 1969, o Movimento de Jovens Trabalhadores (MJT).

Após a década de 60, profundamente marcada pelas grandes lutas estudantis, é criada, em 1972, a União de Estudantes Comunistas (UEC).

Um ano após a Revolução de Abril é criada a União da Juventude Comunista, uma organização revolucionária que organizava os jovens comunistas trabalhadores.

A 10 de Novembro de 1979, é realizado um Encontro Nacional de Unificação da UEC com a UJC. Nasce, assim, a Juventude Comunista Portuguesa!

## JCP COM MAIS FORÇA PARA A LUTA

São muitos os jovens que, nos últimos meses, se juntaram à JCP, dando mais força às lutas que a juventude tem pela frente. Nesta ocasião especial, o colectivo do AGIT recolheu alguns testemunhos de camaradas que aderiram recentemente à JCP:

### Porquê a JCP?

"Sempre me revivi nos valores que o PCP defende!" **Bruno**

"Inscrevi-me numa jornada de trabalho da Festa do *Avante!*. Apercebi-me que me identifico com a JCP, e com as lutas e as propostas que a JCP apresenta." **Ana**

"Concordo com os ideais e com a forma de encarar os problemas e de lutar pelos nossos direitos" **Mónica**

"Porque sentia a necessidade de me juntar à luta; quero fazer parte dela porque é nisto que acredito" **Joana**

### A JCP faz 36 anos, queres deixar alguma mensagem especial?

"Todos devemos continuar a lutar por um Portugal melhor. É isso que a JCP faz desde o início, quanto mais força tivermos mais longe chegaremos!" **Bruno**

"Parabéns por tudo o que foi feito nestes 36 anos e pela persistência na luta!" **Mónica**

"A minha mensagem é que continuemos a lutar pelo que queremos e temos direito!" **Ana**

"Em tempos complicados é preciso acreditar que é possível lutar pelos nossos direitos. A luta vai continuar e, com o reforço do nosso colectivo, é possível alcançar vitórias." **Joana**

**Junta-te à luta! Organiza-te! Adere à JCP!**

# Mais futuro para os jovens trabalhadores

As intensas lutas da juventude e do povo português culminaram, no dia 10 de Novembro, com a queda do governo PSD-CDS e a rejeição das suas políticas. Esta é uma vitória da luta e da persistência dos trabalhadores que se soma a muitas outras, como é o caso da luta dos professores que derrotaram a Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências ou a luta da Função Pública que conquistou o regresso ao horário das 35 horas semanais em muitas autarquias.

Para a JCP nunca houve dúvidas: lutar vale a pena e é a unidade e a luta organizada que alcançam vitórias e transformam a sociedade.

*Não é hora de ficar na expectativa «a ver no que isto vai dar», bem pelo contrário*

Depois da vitória de dia 10 sobre o governo PSD-CDS e sobre tudo o que ele representa (cortes nos serviços e funções sociais do estado, roubo de direitos, aumentos brutais de impostos sobre os trabalhadores, etc.), é também com a luta que se constrói a alternativa que os jovens e o povo em geral precisam. Não é hora de ficar na expectativa «a



ver no que isto vai dar», bem pelo contrário. Para os jovens trabalhadores, é hora de avançar e intensificar a luta para exigir o fim da precariedade e uma política de emprego e aumentos salariais que nos permitam viver dignamente; é hora de lutar pelas nossas vidas e pelo direito a sermos felizes no nosso país. E foi isto que os trabalhadores fizeram mais uma vez no dia 28 de Novembro, nas concentrações convocadas pela CGTP-IN em Lisboa, Porto e Braga.

Lutemos então! Com a luta construiremos a alternativa!



A RTP integra desde há vários anos bastantes trabalhadores a recibos verdes. Historicamente, a RTP era reconhecida por ser uma empresa que apoiava os seus trabalhadores e apostava na formação de quadros especializados nas mais diversas funções, da produção e gestão dos conteúdos à criação técnica dos mesmos, mas o número de trabalhadores a recibos verdes tem aumentado pela falta de vontade política em contratar novos trabalhadores para o sector público do país.

Além disto, há vários anos que a empresa não produz conteúdos por si mesma, isto é, contrata serviços a outras empresas que asseguram os meios humanos e técnicos, utilizando os espaços da RTP como os estúdios, a cenografia e a iluminação. Também esses trabalhadores trabalham a recibos verdes, para além de terem de trocar de trabalho, de local de trabalho e de funções muito frequentemente. Noutros departamentos também começam a ser contratados trabalhadores com vínculos precários — na informação (com novos jornalistas), no grafismo, nas autopromoções, na informática.

Foi neste quadro que vários trabalhadores mostraram a sua indignação e decidiram iniciar um processo de reuniões e sindicalização destes trabalhadores, tendo em vista a luta por contratos de trabalho. É urgente pôr fim à condição precária em que vivem estes trabalhadores, muitos deles jovens acabados de sair da faculdade. Pois se são necessários todos os dias para o bom funcionamento da empresa, alguns até num regime de trabalho por turnos e todos com as responsabilidades de um trabalhador contratado, têm de ser contratados e ter os mesmos direitos que os outros — salários mais justos, impostos mais baixos do IRS e da Segurança Social, direito a férias, a subsídios e a seguro de trabalho.

## Unidade, resistência e luta

Assinalou-se no dia 1 de Outubro o 45.º aniversário da CGTP-IN. Este aniversário é comemorado num quadro de crescente complexificação das relações e condições de trabalho e de grande ataque aos trabalhadores e aos seus direitos.

Há 45 anos, foi também em circunstâncias particularmente difíceis que se iniciou o processo de criação da CGTP-IN. Nessa altura, grande parte dos sindicatos eram controlados e as suas direcções estavam ao serviço do regime fascista. Mas as direcções dos sindicatos dos metalúrgicos em Lisboa e no Porto, do sindicato dos caixeiros, dos lanifícios e dos bancários de Lisboa estavam nesta data já ao serviço dos trabalhadores. Vários sindicatos passaram por duros processos para se libertarem do controlo do regime e poder eleger direcções livres, como por exemplo o sindicato dos têxteis no Porto.

Todo este processo de luta construído na base da unidade entre democratas anti-fascistas, entre os quais muitos eram comunistas, encerra um grande exemplo de trabalho em unidade e de capacidade criadora e de resistência para todos os portugueses, especialmente porque aconteceu num contexto de uma repressão

feroz que levou à prisão, tortura e morte de muitos dirigentes sindicais e outros trabalhadores.

Mas foi possível, aconteceu. A intervenção nos sindicatos fascistas em condições profundamente complexas e que possibilitou a criação da CGTP-IN há 45 anos aconteceu e é um exemplo ímpar na história da luta dos trabalhadores portugueses.

Importa evocar este pedaço da história dos trabalhadores portugueses antes de mais porque hoje no quadro da crescente precariedade dos vínculos de trabalho, da propagação das empresas de trabalho temporário, da degradação das condições de trabalho e também de uma crescente repressão nas empresas e do consecutivo impedimento dos direitos de organização e participação dos trabalhadores, é urgente comprometer-nos com o reforço das organizações de classe que são os sindicatos da CGTP-IN e é urgente confiarmos e assumirmos a nossa responsabilidade com a resistência e com a luta dos trabalhadores. Porque só a luta pode travar os retrocessos e os ataques ao trabalho e porque só com a luta poderemos ir mais longe na delimitação de uma sociedade sem exploração.



## Unidos por um mundo de paz!

Entre 9 e 12 de Novembro, realizou-se, em Havana, a XIX Assembleia da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD). Recebida em Cuba, esta Assembleia é mais um passo no reforço da FMJD e das lutas que se desenvolvem um pouco por todo o mundo contra o grande inimigo da juventude e dos povos: o imperialismo.

Cuba, país que muito contribuiu para a história da FMJD, recebeu esta Assembleia demonstrando bem a vontade e determinação da juventude e do povo cubanos em lutar por um mundo de paz onde os seus direitos sejam respeitados. Exemplo de resistência, a afirmação da sua soberania e a vontade de serem os próprios a definirem o seu caminho, não cedendo às pretensões do imperialismo, fica comprovado com a sua firmeza em, regularizando as relações diplomáticas com os EUA, terem como objectivo o fim imediato do bloqueio económico imposto pelos EUA – questão fundamental para o estabelecimento de relações comerciais com outros estados e para o desenvolvimento económico do país.

Nesta Assembleia, realizada exactamente 70 anos após o nascimento da FMJD, os representantes de todo o mundo comemoraram esta data com grande alegria, dignificando o património de luta e intervenção da FMJD. E afirmando ao mesmo tempo que, mais do que enaltecer a valiosa história da FMJD, cumpre-nos a nós, jovens de hoje, contribuir para a intensificação da luta da juventude pelo grande objectivo que

nos une: o mundo a que temos direito, um mundo de paz, justiça social e democracia.

70 anos após a constituição da FMJD, é certo que o mundo mudou, e não foi pouco. Mas, mais do que nunca, a realidade de hoje comprova a actualidade dos princípios que norteiam a FMJD: a luta conta o imperialismo, pela paz, soberania e independência nacionais, democracia, e justiça social. As múltiplas expressões de solidariedade para com outros povos e a sua luta comprovaram isto mesmo, desde a situação vivida na Ucrânia, passando pela Palestina, até à Venezuela, só para dar alguns exemplos.

As organizações da FMJD afirmaram o seu compromisso para que esta seja cada vez mais uma Federação de toda a juventude do mundo, que pugne pela defesa dos seus direitos, que permita a identificação de todos aqueles que hoje resistem em todos os cantos do planeta contra as intenções das forças imperialistas, e que anime e traga para a luta todos os aqueles que não se resignam a inevitabilidades e injustiças.

Foi neste quadro que, para além da aprovação dos textos políticos, a EDON (Chipre) foi reeleita para a Presidência da FMJD, e que em cada região do planeta foram também encontradas as soluções de direcção para levar a bom porto as decisões tomadas na FMJD. Aqui, também a JCP reafirma o seu compromisso, tendo sido novamente eleita para ser a organização coordenadora

da região CENA (Europa e América do Norte), o que prestigia em muito o trabalho que temos desenvolvido, ao mesmo tempo que nos confere uma grande responsabilidade, para a qual estamos empenhados. Com uma nova direcção, saímos desta Assembleia mais fortes e com uma FMJD reforçada.

De realçar é também a manutenção do comprometimento da FMJD com o movimento dos Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes (FMJE), momento alto da juventude e da luta anti-imperialista, discutindo-se não só a sua importância, como também a necessidade de se realizar brevemente uma nova edição do FMJE. Em discussão está a proposta apresentada para que o próximo Festival se realize na Rússia, em Sochi, no final do ano de 2017, assinalando-se os 100 anos da Revolução de Outubro, os 70 anos do 1.º FMJE e os 50 anos do 1.º FMJE realizado na URSS.

Será pela intensificação e ampliação da luta nas nossas escolas e locais de trabalho, trazendo as massas juvenis para as ruas que poderemos melhor contribuir para uma FMJD mais forte e uma ampla frente de luta anti-imperialista. As nossas lutas e experiência animarão outros no desenvolvimento da sua luta e nós seguiremos inspirados pela juventude que luta noutros pontos do planeta.

A juventude une-se e continuará unida na luta por um mundo de paz.



## Sobre a questão dos refugiados

A crise dos refugiados e a chegada de grandes fluxos de imigrantes à Europa continua a ser um tema com grande actualidade. São incontáveis os relatos impressionantes de pessoas que arriscam a vida, que se deslocam em condições subhumanas, que lutam pela sua sobrevivência. Percebermos porque o fazem é crucial para chegarmos à raiz do problema e procurarmos as soluções necessárias.

Arriscam a vida para encontrarem um futuro que não lhes reserve a fome, a miséria e a guerra a que estão sujeitos nos seus países, sobretudo de África e do Médio Oriente. Esta situação é um resultado directo da política imperialista dos Estados Unidos da América, da União Europeia e dos seus aliados, que intervêm nesses países procurando saquear os seus recursos naturais e, onde necessário, financiar grupos extremistas militares.

Após criar e financiar um grupo como a Al-Qaeda (na altura, lembre-se, para combater e assassinar forças comunistas e progressistas), assistimos recentemente à confissão, por Hillary Clinton, que o mesmo

foi feito com o “ISIS”. É uma política que fomenta a guerra por motivos económicos, o que, por sua vez, é resultado directo da natureza do sistema capitalista.

Se há responsáveis directos pelas causas, há também responsáveis pelas más respostas que se estão a dar a este problema. A União Europeia, e muito em particular alguns países da Europa, em vez de fomentar o acolhimento e a integração, em vez de se apoiar e agirem em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas (que faz referência ao direito inalienável à vida e à dignidade), criam barreiras, levantam muros, reprimem, expulsam. Também aqui é de destacar o papel da comunicação social, que muitas vezes é parte activa na ostracização destes imigrantes.

A resposta a este problema tem de ser, pois, global. Só a luta pela paz e o combate firme ao imperialismo e ao capitalismo, à política de ingerência e de guerra fomentada pela NATO e com fins lucrativos para o grande capital, pode pôr termo a dramática situação que se vive actualmente.



## Não queremos a guerra, não queremos a NATO!

Vivemos hoje um momento de grande instabilidade política, de tensões e conflitos de guerra, nomeadamente no Médio Oriente e na Europa. Os mais graves ataques à soberania dos países e à paz continuam a ter como grandes responsáveis as grandes potências imperialistas EUA e União Europeia, utilizando a NATO como máscara para os seus ataques. Exemplo disso são os exercícios da NATO que se realizaram entre os dias 3 de Outubro e 6 de Novembro, em Portugal e Espanha, com o apoio de Itália. No contexto actual, estes exercícios encerram em si uma atitude de ameaça à paz, o que torna ainda mais clara a necessidade de continuar a denunciar e a combater este bloco político-militar.

A estreita relação entre os EUA e a União Europeia tem sido desculpa para implementar outros ataques aos povos,

como o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP). Neste acordo, tal como na NATO, quem perde são os povos. Este acordo, que visa a liberalização do comércio internacional, tem apenas como objectivo permitir que multinacionais tenham acesso a novos mercados, permitindo o aumento da sua riqueza, enquanto se desvaloriza a força de trabalho e se aprofunda a exploração dos trabalhadores.

O povo português e a sua juventude vivem hoje com muitas dificuldades e ataques aos seus direitos. Tendo ouvido, ano após ano, a mesma desculpa por parte dos governos da direita: “não há dinheiro”. “Não há dinheiro” para pôr fim ao custo dos manuais escolares, “não há dinheiro” para pôr fim às propinas, “não há dinheiro” para garantir direitos aos jovens



trabalhadores, mas há dinheiro para financiar a NATO, para financiar a guerra.

Mais: a participação de Portugal na NATO é inconstitucional. Na Constituição da República Portuguesa, vem referida a «dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos».

É fundamental que todos os portugueses e, principalmente, a juventude lutem contra esta ofensiva, por um país de paz e

onde estejam presentes os valores de Abril. Foram estes os valores que centenas de portugueses afirmaram ao assinar o abaixo-assinado “Sim à Paz — Não aos Exercícios Militares da NATO”, lançado por mais de 30 associações, entre as quais a JCP. Este abaixo-assinado, e todas as actividades que as associações realizaram, culminaram numa grande manifestação pela paz, realizada no passado dia 24 de Outubro, na qual a juventude deu um grande contributo.

Lutar contra a dissolução da NATO é lutar pela paz, é lutar contra as ingerências das grandes potências sobre os povos.

## Eleições legislativas

# Vamos dar mais força aos direitos dos jovens

Durante o período de campanha que antecedeu as eleições legislativas do passado dia 4 de Outubro, a Juventude CDU esteve nas escolas, locais de trabalho e outros locais de concentração de jovens para esclarecer e mobilizar para o voto na Coligação Democrática Unitária. De Norte a sul, passando pelos Arquipélagos, não faltaram jovens activistas para conversar com outros jovens. Por todo o lado se ouvia que “assim não dá mais”, “é preciso outro caminho”. Muitas conversas foram tidas para contrariar a desinformação, algumas demoradas, outras breves, mas de todas elas saímos com maior conhecimento da realidade e a juventude com mais informação sobre as propostas da CDU e a possibilidade de uma alternativa para o país. Foram milhares de conversas em que a falta de condições nas escolas, o custo de vida e da educação, a precariedade e o desemprego ou a emigração

estiveram presentes. Muitas centenas de jovens deixaram o seu contacto e apoio à CDU. Organizaram-se festas, debates e outras iniciativas, resultando numa campanha animada e muito activa. O trabalho militante dos activistas da Juventude CDU foi decisivo para o aumento da expressão eleitoral da CDU, ao mesmo tempo que muito do trabalho da campanha foi também esclarecer sobre a necessidade de, não só em eleições, tomar posição e construir com a luta outras condições. Este trabalho de esclarecimento contribuiu para que, todos os dias, os jovens afirmem os seus direitos nas escolas e locais de trabalho, tendo sido a marca deste período eleitoral, de que saímos com mais organização e, sobretudo, com uma imensa força para continuar a lutar por um país que seja para jovens, com oportunidades iguais para todos, onde se possa viver e ser feliz.

### Sobre os resultados

A Coligação Democrática Unitária (PCP+PEV) sai das eleições com mais votos, maior percentagem e mais deputados. Este resultado contribuiu para o fim de qualquer maioria absoluta e para a derrota de PSD/CDS (menos 25 deputados e menos 700 mil votos), mesmo apesar da intensa campanha de mentiras (a eleição do primeiro-ministro e não de 230 deputados, por ex.), medo e chantagem, bipolarização, absurda discriminação da CDU na sua acção e propostas, filtragem da mensagem a partir dos meios de comunicação social (detidos por grandes grupos económicos e financeiros) sob o qual foi construído. Mesmo assim, a CDU alcança um resultado que permite mais força para a intervenção e defesa da juventude e do povo português.

## Cumprir compromissos eleitorais, apresentar propostas para uma vida melhor!

Respondendo ao compromisso que tem para com a juventude, os trabalhadores e o povo português e que reforçou durante o período eleitoral, o PCP já apresentou na Assembleia da República propostas de defesa dos direitos dos trabalhadores, de melhoria das condições de vida do povo e de desenvolvimento do país. Deixamos aqui alguns exemplos:

Iniciativa Legislativa	Fundamento	Objectivo	Âmbito
<p><b>Projeto de Lei n.º 10/XIII-1.<sup>a</sup></b></p> <p><i>Elimina mecanismos de coacção e condicionamento sobre as mulheres no acesso à interrupção voluntária da gravidez (IVG)</i></p>	<p>PSD e CDS aprovaram a introdução de violentos mecanismos de coacção e de condicionamento da livre determinação das mulheres que tentem interromper a gravidez, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obrigatoriedade do acompanhamento psicológico, do acompanhamento por técnico de serviço social e de consulta de planeamento familiar;</li> <li>- Autorização de participação dos médicos objectores de consciência nessas consultas de planeamento familiar;</li> <li>- Pagamento de taxa moderadora. PSD/CDS praticaram um ato de vingança relativamente à Lei da Despenalização da IVG de 2007, com a qual os sectores mais reaccionários nunca se conformaram.</li> </ul> <p>O PCP assumiu desde logo o compromisso de lutar e exigir a reversão destas medidas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reverter a obrigação de submeter as mulheres que pretendam interromper a gravidez a acompanhamento psicológico, representando um acto de pressão e violência inaceitável;</li> <li>- Impedir a intervenção no processo os profissionais que são objectores de consciência (que estão em desacordo com a Lei da IVG), salvaguardando a decisão livre das mulheres;</li> <li>- Revogar a taxa moderadora aplicável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;</li> <li>- Garantia do respeito e cumprimento da livre decisão das mulheres;</li> <li>- Garantir a todas as mulheres o acesso a cuidados de saúde médicos, independentemente das suas condições económicas.</li> </ul>
<p><b>Projeto de Lei n.º 8/XIII 1.-<sup>a</sup></b></p> <p><i>Reposição dos feriados nacionais retirados</i></p>	<p>O Governo PSD/CDS-PP aprovou medidas de alteração ao Código do Trabalho visando a desvalorização do trabalho, agravamento da exploração, generalização da precariedade e agravamento do desemprego. Entre outras, impôs mais dias de trabalho e de forma gratuita.</p> <p>A eliminação de quatro feriados nacionais (Corpo de Deus, 5 de Outubro, 1 de Novembro, e 1 de Dezembro), representa um profundo retrocesso, tendo implicações nas condições de articulação da vida profissional, pessoal e familiar.</p> <p>Com isto, o patronato beneficiou de quatro dias de trabalho a mais por ano, sem qualquer acréscimo na remuneração do trabalhador.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Anular esta decisão inaceitável e repor os feriados nacionais retirados (Corpo de Deus, 5 de Outubro, 1 de Novembro, e 1 de Dezembro);</li> <li>- Assumir o compromisso apresentar posteriormente uma proposta para fixar o dia de Carnaval como feriado, na sequência de idênticas iniciativas já anteriormente apresentadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Defesa dos direitos dos trabalhadores;</li> <li>- Garantia de condições de articulação da vida profissional, pessoal e familiar;</li> <li>- Assinalar de forma simbólica efemérides de elevada importância histórica e cultural como o Dia da Implantação da República e da Restauração da Independência, datas determinantes para a cultura e a história do povo português.</li> </ul>
<p><b>Projeto de Lei n.º 7/XIII/1.<sup>a</sup></b></p> <p><i>Repõe as 35 horas por semana como período normal de trabalho na função pública</i></p>	<p>O anterior Governo PSD/CDS impôs o aumento do horário de trabalho para as 40 horas para os trabalhadores em funções públicas.</p> <p>Tal significou um aumento do horário de trabalho, desregulando ainda mais a vida pessoal e familiar dos trabalhadores, mas obviamente de uma enorme de desvalorização dos salários, dado que significa uma redução directa no valor da hora de trabalho paga aos trabalhadores da Administração Pública. Esta medida atacou salários e horário de trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Repor o período normal de trabalho para as 35 horas semanais para os trabalhadores em funções públicas;</li> <li>- Assumir o compromisso de apresentação de uma proposta de redução progressiva do período de trabalho no sector privado para 35 horas semanais, sem perda de remuneração nem de outros direitos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Afirmar uma perspectiva de progresso e de justiça social, também na matéria do horário de trabalho;</li> <li>- Assumir como eixo fundamental de uma política patriótica e de esquerda a valorização do trabalho e dos trabalhadores.</li> </ul>

# A Segurança Social é um direito de todos e tem futuro!

## 5 perguntas e respostas

### 1 O que é a Segurança Social?

A Segurança Social, pública, universal e solidária é umas das principais conquistas da Revolução de Abril. Existe para assegurar proteção social a todos os cidadãos em todos os momentos e situações da sua vida: no desemprego, na doença, na pobreza, na infância, na maternidade e paternidade, na velhice.

### 2 Quais os regimes da Segurança Social?

A Segurança Social tem dois regimes: o regime previdencial e o regime de solidariedade.

O regime previdencial é financiado através das contribuições dos trabalhadores e do patronato, correspondendo a uma percentagem do salário que serve para assegurar prestações sociais substitutivas de rendimentos do trabalho (pensões e reformas, subsídio de desemprego e os subsídios de maternidade e paternidade), ou seja, são descontos feitos enquanto se trabalha para salvaguardar situações em que não se possa trabalhar.

O regime de solidariedade é financiado pelo Orçamento do Estado. Assegura apoios sociais como o abono de família, o subsídio social de desemprego, as pensões

sociais e outras prestações sociais, tais como o rendimento social de inserção e complemento solidário para idosos.

### 3 A que se deve o discurso sobre “sustentabilidade da Segurança Social”?

O argumento usado pelos sucessivos governos, a União Europeia e o capital é o de que “deixará de haver trabalhadores suficientes para sustentar os pensionistas” e o “envelhecimento da população coloca em causa a sustentabilidade do sistema”.

Na verdade, a solidez da Segurança Social pública não é ameaçada pelo aumento da esperança média de vida ou pelo pagamento de reformas e apoios sociais.

A principal ameaça à Segurança Social é a política de direita executada por sucessivos governos baseada num modelo económico assente em baixos salários, desemprego, precariedade, empobrecimento.

Quem invoca os perigos da “insustentabilidade da segurança social” é quem a pretende transformar num negócio altamente lucrativo e apetecível para os grupos económicos e financeiros. Na verdade, aqueles que defendem que o Estado não deve garantir a proteção social dos cidadãos, entendem que só deve ter proteção social quem puder pagar fundos privados.

### 4 Quais as verdadeiras ameaças à Segurança Social pública, universal e solidária?

**Desemprego.** É responsável por uma quebra nas receitas da Segurança Social de pelo menos 11 mil milhões de euros em 2014 (menos 8,8 mil milhões de euros de contribuições e mais 2,2 mil milhões de euros de subsídio de desemprego).

**Precariedade.** Os sucessivos ciclos emprego-desemprego, a imposição aos trabalhadores com vínculos precários de obrigações contributivas desadequadas e geradoras de dívida agravam as injustiças e a exploração, tendo um impacto negativo significativo nas contas da Segurança Social.

**Baixos salários.** As contribuições dos trabalhadores resultam do valor dos salários, logo quando estes são muito baixos a capacidade de financiamento da Segurança Social fica muito fragilizada.

### 5 Quais as medidas do PCP para defender a Segurança Social?

**Mais emprego,** melhores salários representam melhores prestações sociais substitutivas do rendimento do trabalho, mais receita para a Segurança Social;

**Combate à fraude,** evasão e dívidas à Segurança Social por parte do patronato;

**Acabar** com a utilização indevida das receitas da Segurança Social, resultantes das contribuições dos trabalhadores para “borlas fiscais” ao patronato;

**Eliminar** as isenções e reduções da Taxa Social Única e os regimes diferenciados de contribuições que provocam uma perda de receita para a Segurança Social que ronda 500 milhões de euros por ano;

**Criar um imposto** sobre as transacções financeiras e canalizar 0,25% dessa receita para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social;

**Criar uma contribuição** sobre as empresas com elevado Valor Acrescentado Líquido (VAL) por trabalhador (muitos lucros com poucos trabalhadores);

**Assegurar** o reforço das transferências anuais do Orçamento de Estado visando garantir prestações sociais que asseguram direitos básicos aos cidadãos em situação de carência económica, em risco de pobreza e exclusão social, e protecção adequada às pessoas com deficiência.

## Sabias que...?

- 1- No nosso país existem **mais 1 milhão e 200 mil desempregados** em sentido real e **menos de um terço** tem apoio social?
- 2- Por cada **100 mil desempregados** que recuperem trabalho, tal significa **880 milhões de euros** de contribuições para a Segurança Social?
- 3- **80%** dos novos contratos de trabalho são precários e **20%** dos trabalhadores por conta de outrem auferem um salário **inferior** ao salário mínimo nacional?
- 4- Os trabalhadores com vínculos precários auferem **37% menos** que os trabalhadores efectivos?
- 5- **70.000 jovens** estiveram em estágios profissionais durante o ano de 2014, mascarando a estatística do desemprego, mas sem um contrato de trabalho com direitos?
- 6- A FNAC, por exemplo, utiliza os Estágios Profissionais pagos pelo IIEFP, apesar de ter obtido **lucros de 3,9 biliões** em 2014?



# Festa do *Avante!* 2016 Marca já na tua agenda!

Assinalar a importância de mais uma edição da Festa do Avante! 2015 não passa somente por falarmos da variedade musical em mais de 10 palcos, da quantidade de peças de teatro e filmes de autores nacionais e estrangeiros, das inúmeras actividades de promoção do desporto e de promoção da cultura do nosso e de outros países.

É também falar da sua construção, feita por muitos camaradas e amigos que prescindem de muitos dias de Verão para erguer a Festa do povo.

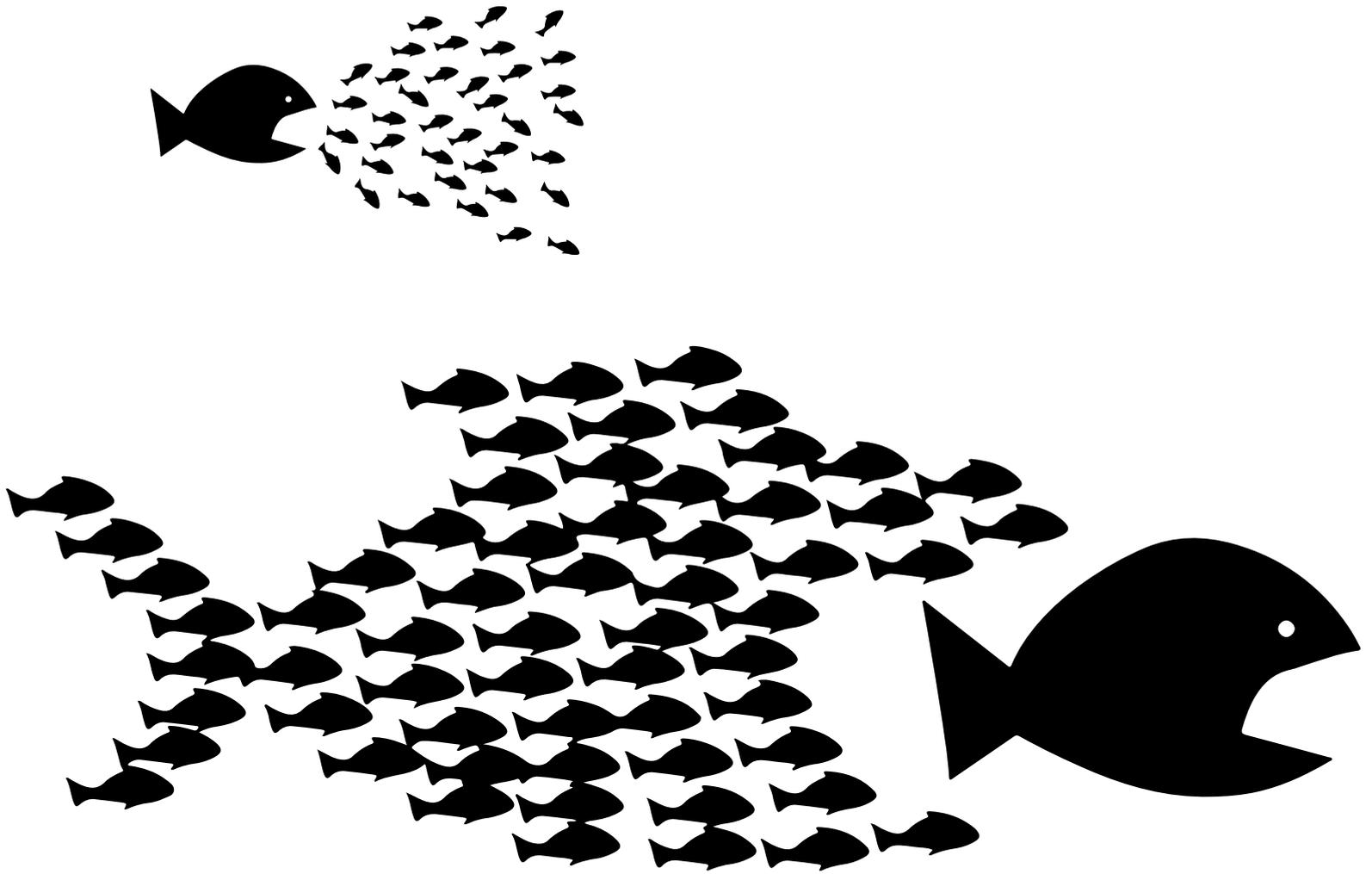
Assim como todos aqueles que, de Norte a Sul, divulgam a Festa, pelas praias, festivais de Verão, estações de transportes e locais de trabalho.

É tudo isto que dá corpo e voz ao maior evento político-cultural do nosso país, onde transborda a alegria, a camaradagem, a cultura, o desporto e a luta pelos nossos direitos!

Temos portanto que preparar a que aí vem. 2, 3 e 4 de Setembro de 2016 serão os dias da 40.<sup>a</sup> Festa do Avante!, com a importância acrescida de ser inaugurado o novo espaço adquirido pelo PCP, a Quinta do Cabo da Marinha, que proporcionará a todos uma ainda melhor Festa! Sem dúvida que serão três dias de enorme alegria, solidariedade e afirmação das aspirações dos trabalhadores e da juventude.

Vem e junta a tua à nossa festa!





**UNIDOS SOMOS MAIS FORTES.  
JUNTA-TE À LUTA. ADERE À JCP.**

## ex-citações

### *Ganhámos claramente as eleições*

Luís Montenegro, líder do Grupo Parlamentar do PSD  
10 de Outubro de 2015

Desde 4 de Outubro que esta ideia foi repetida pela direita, justificando a legitimidade governativa da Coligação PSD/CDS-PP para os próximos 4 anos. Com a ideia da "tradição", procuraram desviar as atenções do que diz a Constituição do País, ao mesmo tempo que tentam que as eleições sejam como a final da Taça de Portugal. Por muito que queiram, não estão no jogo (eleições) apenas duas equipas (partidos), nem quem marca mais golos (votos) tem necessariamente de levar a taça (ir para o governo). O que não podem esconder é que a maioria dos que foram às urnas rejeitaram mais roubos nos salários, mais ataques à escola pública, ao sistema nacional de saúde e tantos outros direitos.

### *Sempre defendemos o interesse público mesmo quando fizemos privatizações em Portugal*

Passos Coelho, ex-Primeiro-Ministro  
10 de Novembro de 2015

A horas de ver o seu governo cair, o mais curto da história da democracia, Passos Coelho, teve o descaramento de afirmar que nos últimos 4 anos fez de tudo para defender o país. Até, imagine-se,

vender o país aos poucos. Para a direita, o interesse público defende-se através da venda dos sectores e empresas estratégicos para Portugal a privados. Ou seja, o que nos serve mesmo, dizem eles, é meter nas mãos de poucos o que é de todos. Já não escondem de ninguém quem servem: os que muito têm e apenas querem aumentar os seus lucros, sempre às custas dos trabalhadores, da juventude e do povo.

### *Isto é uma lição de vida para todos nós*

Calvão da Silva, ex-Ministro da Administração Interna  
2 de Novembro de 2015, sobre as cheias no Algarve

As cheias que destruíram inúmeras lojas e estabelecimentos comerciais no Algarve, em particular em Albufeira, são para o Ministro do Governo PSD/CDS uma lição de vida. No fundo, os pequenos empresários da região, que só no Verão conseguem ter actividade lucrativa, já deviam saber que mais vale não ter dinheiro para viver ao fim do mês do que não ter seguro. Isto, claro está, porque, à direita custa-lhes perceber que, perante uma catástrofe natural, deve ser o Estado o primeiro a ajudar as populações.



## 36.º aniversário da JCP

# Iniciativas por todo o país

Os 36 anos da Juventude Comunista Portuguesa, feitos a 10 de Novembro, vão ser celebrados em dezenas de iniciativas nos meses de Novembro e Dezembro. De norte a sul do País, incluindo as ilhas, o que não falta são diferentes formas de celebrar esta data tão especial: dos tradicionais jantares, churrascos, convívios e concertos aos mais arrojados karaokes, magustos, torneios de futebol e de dardos, entre outras iniciativas, para assinalar com alegria os 36 anos da JCP e a história de luta (ver págs. 12 e 13) da Organização revolucionária da juventude portuguesa.

## 40 anos da libertação e independência do povo de Angola

Assinalou-se no passado dia 11 de Novembro o 40.º aniversário da independência de Angola, proclamada naquele dia, em 1975, em Luanda, pelo MPLA, obtida após uma longa guerra colonial — que opôs os movimentos de libertação nacional dos países colonizados ao regime fascista português — e a que se seguiu o maior e mais complexo processo de descolonização.

A Revolução dos Cravos, a 25 de Abril de 1974, fruto da luta firme pela liberdade e direito à autodeterminação dos povos, contra o fascismo e o colonialismo, abriu o caminho para a descolonização portuguesa.

## O anti-comunismo aprofunda-se...

Os desenvolvimentos da situação política nacional têm sido propícios a que muitos jornalistas, comentadores, “politólogos”, “constitucionalistas” e outros que tais expressem sem pudores todo o seu ódio ao PCP. À maior parte deles, já os conhecíamos como bons servos da política de direita, sempre muito atentos ao que os mercados sentem e preocupados com as carteiras dos patrões, e praticamente indiferentes às dificuldades por que passam as pessoas, o povo português. Até aqui, nada de novo. A novidade foi a queda completa da máscara e o revelar do seu anti-comunismo primário e da sua faceta anti-democrática ou, nalguns casos, ignorante.

Tudo vale. Usam-se argumentos que os fascistas usavam antes do 25 de Abril e os que a direita reaccionária usava durante o processo revolucionário. Usam-se, deliberadamente, mentiras. E a argumentação é tão primária que só falta dizer que os comunistas comem criancinhas ao pequeno-almoço. *Cuidado que vem aí um novo PREC (sem explicarem o que foi o PREC), cuidado que eles vão fazer a Reforma Agrária e roubar as terras às pessoas, vão nacionalizar os bancos, vamos ter que fugir todos do país, vamos empobrecer todos, vem aí o Estaline, a Sibéria, a Coreia, enfim, vem aí o diabo a sete e ninguém está a salvo!*

Toda esta ofensiva ideológica feita no sentido de intoxicar a opinião pública contra o PCP e os comunistas, mais não revela que uma coisa: medo que a classe exploradora e aqueles que a apoiam têm de que alguém ponha um travão ao seu caminho de destruição de direitos e das conquistas de Abril que PSD e CDS cumpriram tão eficazmente nos últimos 4 anos. Pois acontece que, mesmo que não queiram, a luta do povo, dos trabalhadores e da juventude, tratou de interromper esse caminho e derrotou o Governo PSD/CDS depois de um longo e persistente processo de luta.

E é por isso que todos temos que reflectir: é desses que defendem a política que tem procurado destruir os direitos da juventude, dos trabalhadores e do povo, que têm fomentado o desemprego e a precariedade, a elitização da educação, os entraves a que sejamos felizes no nosso país, que vêm as ideias do anti-comunismo e as mentiras que procuram travar a possibilidade de mudança.

Mas perante cada ataque aos seus direitos, como perante a ofensiva ideológica e as falsas concepções que tentam fazer passar, a luta e a resistência continuará. Dos comunistas, com os trabalhadores, a juventude, o povo português. Digam o que disserem.



## adere à JCP!

NOME \_\_\_\_\_

ESCOLA / EMPRESA \_\_\_\_\_

TELEMÓVEL \_\_\_\_\_ E-MAIL \_\_\_\_\_

